



Palocci: "debate vai exigir um esforço mais plural de vários agentes econômicos e de várias áreas do governo"

# Palocci defende discussão de agenda 'microeconômica'

**Rodrigo Bittar**  
De Brasília

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou ontem que, depois de o país conseguir combinar controle da inflação, equilíbrio da dívida pública e das contas externas, é hora agora de dar prioridade a uma "agenda microeconômica", já em 2004. "A questão macroeconômica precisa agora dar lugar a uma pauta microeconômica, que diga respeito ao detalhamento do marco regulatório, à questão do crédito, dos spreads bancários, a questão dos contratos, ao debate em torno da cédula de crédito bancário", citou o ministro.

"Nós temos que ter à frente uma agenda mais detalhada, mais meticulosa, que vai exigir um esforço mais plural de vários agentes econômicos e de várias áreas do governo", disse Palocci, em entrevista concedida logo após almoço com empresários, na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Palocci minimizou o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 0,4% no terceiro trimestre do ano. Para o ministro, mais importante do que o retrato atual da economia são os indicadores que permitem projetar um período de crescimento sustentável no futuro próximo.

Sobre este fraco desempenho

econômico, que frustrou previsões e análises de especialistas e até do governo, que já esperava obter resultados mais favoráveis da austeridade fiscal praticada ao longo do ano, o ministro da Fazenda ponderou que é mais importante avaliar as perspectivas para o futuro do que tentar explicar o resultado passado.

"Seria mais dificultoso se tivéssemos um número (do PIB) melhor e indicadores futuros negativos de investimentos, por exemplo", ressaltou.

No almoço com empresários, Palocci também ouviu reivindicações para que a política industrial tenha seu foco ampliado para além dos quatro setores definidos como estratégicos: semicondutores, softwares, bens de capital e indústria farmacêutica. Sobre esse assunto, no entanto, o ministro não fez comentários. Ciro Mortella, presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma), deixou o encontro convicto de que essa limitação poderá ser revista "assim que a política atual começar a dar resultados".

Para Palocci, mais importante do que as diretrizes apontadas esta semana pelo ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, é ter a clareza de que a política proposta contém diretrizes tanto verticais quanto horizontais.

"No ângulo vertical, eu insisto num ponto muito importante,

que é explorar todo o potencial que o Brasil pode desenvolver e tem desenvolvido em inovação, em ciência e tecnologia aplicadas à política industrial", definiu. O ministro citou o caso do agrogêncio como um exemplo de setor que se beneficia muito com a tecnologia aplicada, no caso, graças à tecnologia desenvolvida pela Embrapa.

Já o presidente da CNI, Armand Monteiro, acredita que ainda falta clareza sobre os instrumentos que viabilizarão o desenvolvimento da política industrial, mas comemorou o fato de o governo ter definido uma linha geral de ação. "É uma política que não tem o viés protecionista, mas que procura condições para elevar a competitividade da economia brasileira. As linhas conceituais são interessantes, mas ainda falta clareza em muitos pontos importantes como, por exemplo, os instrumentos da política. Apesar disso, acho que agora, com essa fase de crescimento, será possível uma discussão mais aprofundada e eu espero que o setor privado tenha uma interlocução mais direta", acrescentou.

Questionado sobre a possibilidade de o governo ampliar o prazo de isenção de IPI sobre os automóveis, cuja redução de três pontos percentuais termina no fim do mês, o ministro disse que "a princípio, não vê motivos para mudar".